

DISCURSOS ECOLOGISTAS EM UM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA REGIÃO DA BAÍA DE GUANABARA**DISCURSOS ECOLOGISTAS EN UN PROCESO DE LICENCIAMIENTO AMBIENTAL EN LA REGIÓN DE LA BAHÍA DE GUANABARA****SPEECHES ECOLOGISTS IN A PROCESS OF ENVIRONMENTAL LICENSING IN GUANABARA BAY REGION**David Gonçalves Soares¹Marta Azevedo Irving²

RESUMO: Neste artigo propomos refletir sobre algumas das principais expressões de defesa ambiental manifestadas por atores sociais participantes de um conflito ambiental. Para tal, analisamos os conflitos ocorridos em função do conturbado processo de licenciamento ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no ano de 2007, sob a ótica de seus diferentes atores e discursos em disputa. Analiticamente, esses atores e discursos são associados às três principais matrizes de ecologismo, segundo classificação elaborada por Martínez Alier (2007), as quais são: o culto à vida silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. Metodologicamente, o trabalho é resultado do acompanhamento etnográfico do processo de licenciamento ambiental, e os desdobramentos no campo ambiental da região. Como principal resultado do trabalho, está a compreensão dos jogos de aliança, aproximação e afastamento entre os argumentos e discursos ecologistas, demonstrando que tais discursos não devem ser observados como essências fixas e imutáveis.

Palavras-chave: discursos ecologistas; conflitos ambientais; Martínez Alier; Comperj; Baía de Guanabara

RESUMEN: Este artículo propone una reflexión sobre algunas de las principales manifestaciones de defensa del medio ambiente se expresa mediante la participación actores sociales en un conflicto medioambiental. Para ello, se analizan los conflictos que se produjeron debido al proceso problemático de licenciamiento ambiental del Complejo Petroquímico de Río de Janeiro (Comperj), en el año 2007, desde la perspectiva de sus diferentes actores y sus discursos en disputa. Analíticamente estos actores y sus discursos se asocian con los tres ecologismos, según la clasificación elaborada por Martínez Alier (2007), que son: la adoración de la vida silvestre, el evangelio de la ecoeficiencia y el ecologismo de los pobres. Metodológicamente, el trabajo es el resultado de la supervisión etnográfico del proceso de licenciamiento ambiental, y los avances en el campo del medio

¹ Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - ICS/UERJ.

² Professora Titular do Programa Eicos/IP e PPED/IE/UFRJ e pesquisadora senior do INCT-PPEDCNPq.

ambiente en la región. Los principales resultados del trabajo que podían notar el pacto juegos, acercándose y alejándose de los argumentos y discursos ecologistas, de que esas conversaciones no deben ser vistas como esencias fijas e inmutables.

Palabras clave: discursos ecologistas; conflictos ambientales; Martínez Alier; Comperj; Baía de Guanabara

ABSTRACT: This paper proposes a reflection on some of the main expressions of environmental advocacy expressed by participating social actors in a conflict environment. To this end, we analyze the conflicts that occurred due to the troubled process of environmental licensing of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj), in 2007, from the perspective of its different actors and their discourses in dispute. Analytically these actors and their discourses are associated with the three main headquarters environmentalism, according to the classification developed by Martinez Alier (2007), which is the worship of wildlife, the gospel of eco-efficiency and environmentalism of the poor. Methodologically, the work is the result of ethnographic monitoring of the environmental licensing process, and the developments in the environmental field in the region. The main results of the work we could notice the games covenant, toward and away from the arguments and speeches ecologists, showing that such talks should not be seen as fixed and immutable essences.

Keywords: Environmentalists speeches; environmental conflict; Martinez Alier; Comperj; Guanabara Bay

INTRODUÇÃO

Inúmeros conflitos sociais ocorrem na atualidade em função do choque de diferentes formas de apropriação social da natureza em territórios compartilhados por atores sociais. No Brasil, os empreendimentos ligados aos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2), criados a partir de 2007 pelo governo federal, vêm fornecendo visibilidade para alguns desses conflitos, como se pôde verificar pelo destaque internacional conferido à construção da hidrelétrica de Belo Monte e os grupos indígenas afetados, ou, ainda, às comunidades de pescadores impactadas pela transposição do Rio São Francisco, apenas para citar alguns exemplos.

Esses conflitos vêm sendo denominados pela literatura sociológica especializada como “conflitos ambientais” ou “conflitos socioambientais” (FERREIRA, 2005; ACSELRAD, 2001, 2004; FOLCHI, 2001), embora as duas categorias reflitam menos uma novidade formal (um novo tipo de conflito, com novos atores etc.) do que deslizamentos simbólicos, espécie de nova roupagem linguística para antigos conflitos sociais, outrora denominados como agrários, urbanos, trabalhistas, territoriais etc. Os atores se repetem, e as disputas também, embora o horizonte dos conflitos e o repertório de categorias, argumentos e noções neles evocados pertençam a um novo campo, o campo ambiental³.

Uma das maiores novidades desses conflitos encontra-se, assim, em seu repertório argumentativo. A construção desse repertório de argumentos legítimos é historicamente resultado de processos de transformação valorativa propulsionados pelos chamados novos movimentos sociais no final dos anos 1960 (em especial o movimento ambientalista), e também dos processos de institucionalização subsequentes à questão ambiental no início dos anos 1970 (em especial a primeira conferência sobre meio ambiente, em Estocolmo). Data dessa época a construção de um *hall* de direitos, argumentos e discursos públicos legítimos de natureza ambiental (McCORMICK, 1992). Novas arenas públicas, atores e instituições sociais são criadas nesse processo. Leite Lopes (2004) denominou esse processo histórico de “ambientalização dos conflitos sociais”.

No Brasil, a incorporação de valores e discursos relativos ao ambientalismo pode, em parte, ser entendida como resultado de uma irradiação valorativa e argumentativa oriunda desses movimentos e instituições internacionais, disseminada entre variados atores ou setores

³ A referência principal aqui é a de campo social, conforme postulada por Bourdieu (1983, 2004, entre outros) onde o campo é considerado como um “espaço de jogo” polarizado entre agentes que ocupam posições dominantes e dominadas e que, valendo-se de estratégias de conservação ou de subversão, travam lutas concorrenciais em torno do capital específico de cada campo. Nesse modelo de análise, os conflitos ambientais – tendo como atores principais empresas, governos, ONGs e populações locais – se formam em uma disputa no interior de um campo de forças definido como “ambiental”, onde estão em disputa significados e representações do meio ambiente.

sociais nacionais desde os anos 1980 (LEIS; VIOLA, 1996). Todavia, a disseminação desses valores e discursos, por outro lado, vem demonstrando, na prática, não propriamente um consenso valorativo quanto ao tema ambiental, mas profundas divisões associadas a matrizes discursivas bastante diferenciadas e, em alguns casos, até opostas entre si (ACSELRAD, 2001; FUKS, 2001). Dessa forma, sob a bandeira do ecologismo, enquanto a preservação do meio ambiente se torna tema consensual, assunto não adversarial, para o qual apenas um dos lados (o da preservação) é considerado legítimo, variados atores (e seus discursos e interesses) passam a disputar as formas e os principais significados práticos de categorias aparentemente unívocas, mas constantemente disputadas, como sustentabilidade, meio ambiente, preservação natural, desenvolvimento socioambiental etc.

Dessa forma, diante da mixórdia de orientações ambientalistas existentes, há, na literatura sociológica, uma insistência recorrente ao estabelecimento de tipologias classificatórias das principais matrizes discursivas relacionadas ao ecologismo (ACSELRAD, 2001; FERREIRA, 2005; DOBSON, 1997; FUKS, 2001; CASTELLS, 1999). Essas construções tipológicas podem ser entendidas como uma tentativa de organização e, portanto, redução da complexidade desse vasto campo social, com variados, e por vezes nebulosos, discursos, argumentos e práticas ecologistas.

Neste artigo, seguiremos uma dessas trilhas classificatórias, a de Martinez Alier (2007), segundo a qual há três espécies de ecologismos na atualidade: o "culto à vida silvestre", o "evangelho da ecoeficiência" e o "ecologismo dos pobres", cada qual associado a valores, crenças, visões e objetivos de diferentes atores sociais. No presente artigo, nos utilizamos dessa classificação tripartite de Martinez Alier para analisar o caso concreto dos conflitos ambientais originados a partir do licenciamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no ano de 2007, percebendo, a partir de então, seus principais atores, suas estratégias discursivas, suas aproximações, distanciamentos e deslizamentos simbólicos entre os variados discursos ambientalistas.

O Comperj é um empreendimento do setor de petróleo e gás, criado no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento, que ganhou forte

repercussão nacional nos últimos anos, sobretudo por representar o maior investimento individual da história da empresa Petrobras e promessas de inúmeras transformações em alguns municípios fluminenses. Seu processo de licenciamento suscitou variados questionamentos públicos, protestos e ações coletivas de resistência, tendo, como alguns dos principais atores sociais envolvidos, grupos de pescadores reunidos em associações e colônias de pesca, representantes do Conselho Gestor de duas unidades de conservação da região, órgãos públicos como o Ministério Público Federal, o Ministério da Pesca e o Ibama, a própria Petrobras, entre outros. Embora movimentando em seu bojo inúmeros atores, acreditamos poder alocá-los adequadamente no repertório discursivo dos três ecologismos descritos por Martinez Alier (2007).

O trabalho caracterizou-se metodologicamente pelo acompanhamento e observação direta do processo de licenciamento ambiental, a partir do ano de 2006 (quando surgiram os primeiros rumores acerca da instalação do empreendimento) até o final do ano de 2010. Para tal, foram compiladas fontes secundárias como notícias jornalísticas, atas das principais audiências públicas e reuniões deliberativas de conselhos, e informações de encontros informais entre os atores sociais. Foram também aplicadas entrevistas com algumas das principais lideranças políticas dos movimentos sociais locais, como as da pesca na Baía de Guanabara, e funcionários dos órgãos ambientais, entre outros.

1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA ACERCA DOS TRÊS ECOLOGISMOS EM MARTINEZ ALIER

Variados autores vêm trabalhando com o tema da disseminação do discurso ambientalista nas sociedades contemporâneas. Em uma ponta temos autores como Dobson (1997), que se esforçam por oferecer uma

análise matizada das centenas de vertentes, tendências e ideologias encerradas sobre a mesma marca do ecologismo ou ambientalismo. Em outra ponta, de forma bastante sucinta, Martinez Alier (2007) descreve três principais matrizes de ecologismos⁴ da modernidade, por ele denominadas “culto à vida silvestre”, “evangelho da ecoeficiência” e “ecologismo dos pobres”, cada uma correspondendo a atitudes, discursos e ações específicas associadas a diferentes atores, interesses e estruturas sociais⁵. Embora o autor não as trate propriamente como matrizes discursivas, mas como “correntes de ecologismos principais que pertencem todas ao movimento ambientalista” (MARTINEZ ALIER, 2007, p. 21), concebendo-as como uma espécie de essência inscrita nos atores sociais que participam do campo ambiental, decidimos enfatizar neste artigo seu caráter discursivo, de forma a perceber os deslizamentos de significados que se operam em um mesmo ator ao longo do tempo e em distintos contextos de interação.

As ações vinculadas ao primeiro ecologismo, denominado *culto à vida silvestre*, compõem o que se poderia chamar de as primeiras ações ecologistas do mundo moderno. Elas estão associadas à criação das sociedades naturalistas no contexto anglo-saxão desde o século XVIII (McCORMICK, 1992; DIEGUES, 1996; THOMAS, 1998) e que organizaram, paradigmaticamente, boa parte das discussões e ações conservacionistas no Ocidente desde então. Essa matriz se vincula à concepção de defesa da natureza baseada em variações do tema “o mito moderno da natureza intocada”, assim como popularizado por Diegues (1996). Seus representantes ensejam a preservação de áreas intactas resguardadas das transformações oriundas dos processos associados com a noção de progresso, urbanização, industrialização e expansão dos mercados globais. Essa matriz se sustenta em uma noção de conservação normativa e proibitiva, baseada numa concepção dicotômica e inconciliável entre o que é inerentemente humano e o que é inerentemente da ordem da natureza. Os

⁴ Assim como Martinez Alier (2007), utilizaremos as expressões ecologismo e ambientalismo como sinônimos, embora cientes de haver grande discussão sobre suas diferenças, que não nos parecem pertinentes para os efeitos desse texto.

⁵ Martinez Alier (2007) afirma realizar uma teorização nos marcos do “objetivismo” das questões ambientais, para o qual os problemas ambientais são problemas materiais, reais e objetivos para além de suas formulações discursivas e dos grupos sociais que as realizam, em diferença flagrante com as formulações “construtivistas”.

representantes da matriz discursiva do culto à vida silvestre se utilizam frequentemente de justificativas ético-morais, estéticas, filosófico-existenciais, mas também científicas e humanísticas, para legitimar as ações de defesa ambiental.

No segundo tipo de ecologismo, batizado pelo autor como *o evangelho da ecoeficiência*, a atenção é direcionada para os impactos ambientais ou os riscos à saúde decorrentes das atividades industriais. Segundo seus interlocutores, busca-se, por esta via, adequar os processos de crescimento econômico aos imperativos de sustentabilidade ambiental de maneira racionalizada e eficiente. Essa matriz de ecologismo é concebida não a partir de uma crítica radical ao sistema capitalista, ou à civilização judaico-cristã, ou a qualquer outro elemento considerado como representante das forças da degradação ambiental, tampouco pretende uma separação radical entre natureza e cultura, como a anterior, mas defende que os princípios e mecanismos do desenvolvimento social devem ser reformados de modo a se tornarem ambientalmente sustentáveis a longo prazo. Em seu bojo estão as tentativas de esverdeamento das estruturas capitalistas, a construção de retóricas norteadoras como a do “desenvolvimento sustentável”, e ainda uma tradição teórica consolidada no âmbito acadêmico como a Teoria da Modernização Ecológica.

O *ecologismo dos pobres*, terceira matriz ecologista descrita por Martinez Alier (2007), decorre do movimento mais ou menos espontâneo e reativo de grupos sociais que passaram a ter seus ambientes físicos (locais de vida, trabalho e cultura) ameaçados por outros grupos sociais, empreendimentos e projetos de transformação territorial. No geral, essa matriz se associa à interlocução de populações que se utilizam dos recursos naturais de maneira mais conectada ao próprio sentido de sobrevivência em regiões ainda pouco afetadas pelas transformações urbanas e industriais. São populações que desenvolvem processos de trabalho baseados em formas de uso comunal dos lagos, rios, florestas e mares. Seus principais representantes são grupos como: seringueiros, pescadores artesanais, povos indígenas, ribeirinhos, entre outras populações tradicionais. O discurso

ecologista representaria, nesse caso, uma resposta em relação à desestruturação local causada por grupos sociais exógenos, ilustrados por empreendimentos econômicos e seus projetos estranhos às culturas e tradições locais.

Seus discursos não devem, contudo, ser associados somente aos povos da floresta⁶. O ecologismo dos pobres aproxima-se também de matrizes discursivas como as do Movimento por Justiça Ambiental (MJA), surgido nos EUA e originalmente concebido em decorrência de conflitos ocorridos em ambientes urbanos. Segundo a matriz discursiva do MJA, grupos sociais não hegemônicos, de recorte étnico, de classe e de gênero, vêm recebendo a maior parte das mazelas da degradação ambiental no mundo moderno. Os defensores da justiça ambiental rechaçam que a temática ambiental seja traduzida como um problema de todos indistintamente, ou como problemas sociais que poderiam ser resolvidos por mudanças de consciência em âmbito individual. Remetem-se prioritariamente às lutas sociais entre grupos que ocupam posições diferenciadas e desiguais de poder na sociedade moderna, enfatizando a estrutura social responsável pela desigualdade ambiental contemporânea. Segundo os argumentos defendidos por essa matriz discursiva, não apenas os custos da degradação, mas também os custos da preservação ambiental recaem sobre esses grupos sociais, como atesta a história de inúmeras populações brasileiras que, ao longo do século XX, foram reassentadas e deslocadas de seu local de origem, dando lugar à criação de parques e outras áreas protegidas (DIEGUES, 1994, 1996).

Entre essas três matrizes discursivas, Martinez Alier (2007) reconhece pontos de acordo e controvérsias. Reconhece que por vezes eles se articulam, tendo como inimigo comum o enfrentamento de um poderoso *lobby* antiecológico. Mas, dependendo do contexto em que se expressam, podem também compor lados opostos e conflitivos em um mesmo conflito ambiental.

Nesse sentido, os processos conflituosos originados a partir do licenciamento ambiental do Comperj trouxeram à tona diferentes discursos ecologistas portados por atores sociais que já participavam do campo

⁶ Utilizamos a expressão em alusão à "aliança dos povos da floresta" idealizada e tornada pública a partir do trabalho de Chico Mendes.

ambiental – campo de disputa de significados e construção de problemas ambientais – na região da Baía de Guanabara, que a partir de agora analisaremos mais detalhadamente.

2 OS ECOLOGISMOS DE ALIER E OS CONFLITOS NA BAÍA DE GUANABARA ANTES DA INSTALAÇÃO DO COMPERJ

A Baía de Guanabara e o seus significados enquanto símbolo de degradação urbana ocupam as atenções e agendas públicas de longa data. Foi em seu território que se desenvolveram as mais antigas e pioneiras estratégias de gestão ambiental no Brasil (SEDREZ, 2004).

Dentre os variados atores que vêm disputando sentidos sociais conferidos à Baía de Guanabara ao longo dos últimos séculos, destacam-se: a Marinha do Brasil; as instituições de saúde e pesquisa (como a Fundação Oswaldo Cruz), e suas políticas sanitaristas do início do século XX; a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), primeiro órgão de controle ambiental com uma visão integrada da utilização racional dos recursos naturais no âmbito nacional (SEDREZ, 2004); o porto do Rio de Janeiro e suas funções comerciais; o conjunto de pescadores, alguns de origem portuguesa e ibérica, que ocupam importante papel na história da pesca na baía; as mais de 14 mil empresas em seu entorno (GIULIANI, 2007), dentre as quais as de petróleo, cujo impressionante conjunto de dutos cruza a baía, entre outros atores e projetos ali concorrentes⁷.

Neste trabalho, nos concentraremos em três atores sociais que atualmente participam no campo ambiental da Baía de Guanabara e que emergiram de maneira contundente nos debates públicos ocorridos por

⁷ Para uma análise das diversas “imagens” construídas da Baía de Guanabara entre o século XIX e XX, ver Sedrez (2004).

ocasião do licenciamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, cada qual a seu modo concorrendo com projetos, interesses e discursos conflitantes em relação aos usos sociais da baía. Cada um desses atores são identificados com um dos ecologismos descritos por Martinez Alier (2007).

2.1 O Culto À Vida Silvestre Na Baía De Guanabara: A Área De Proteção Ambiental De Guapimirim

Estima-se que quase dois terços de todos os 380 km² em extensão da Baía de Guanabara foram, por volta do ano de 1500, cobertos de mangue. Os mangues são áreas alagadiças de grande diversidade biológica que ocorrem na transição entre o mar e águas doces como lagoas, lagunas e rios. Dessa forma, para se construir uma história ambiental da Baía de Guanabara seria necessário acompanhar a história da destruição de seus mangues originários. Esse processo, iniciado desde os primórdios da ocupação portuguesa no século XVI, continua intenso até os dias atuais. Dos 260 km² de mangue originário, restam 82 km², que resistem no recôncavo da baía, região que ficou relativamente preservada em virtude de variados fatores, entre os quais um baixo desenvolvimento urbano dos quatro municípios que compõem a área, mas, sobretudo, em função da proteção ambiental assegurada a partir da criação da APA Guapimirim, no ano 1984.

A APA Guapimirim abrange parte dos municípios de Magé, Guapimirim⁸, Itaboraí e São Gonçalo, na baixada fluminense, e uma área da Baía de Guanabara onde desembocam quatro rios principais que cruzam essa área de proteção ambiental.

A criação da APA foi fruto de uma articulação bem sucedida entre os setores acadêmico e social, deflagrando uma ampla participação política

⁸ Embora à época em que foi criada a APA, em 1984, não existisse o município Guapimirim, em 1990, ele foi emancipado do município de Magé.

nesse processo (LANGENBACH; AMADOR; COELHO, 2012). Sua criação resultou das articulações entre universidades, movimentos ambientalistas e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). É justamente o fato de ser a primeira unidade de conservação brasileira oriunda de mobilização social uma de suas principais marcas, sendo também a primeira destinada à proteção de manguezais no Brasil.

Embora uma Área de Proteção Ambiental (APA) seja uma categoria não proibitiva⁹ quanto ao uso dos recursos naturais, o histórico de criação APA Guapimirim remete-nos a um processo desenvolvido nos marcos daquilo que Martinez Alier (2007) denomina como o “ecologismo do culto ao silvestre”. O objetivo de sua criação foi proteger as últimas áreas remanescentes de mangue da Baía de Guanabara, outrora abundante desse ecossistema. Pode-se dizer que o “espírito” que moveu a criação da APA, desde seu início, construiu-se nas intenções de salvaguardar uma área ainda pouco afetada – ou, em termos mais prosaicos, “intocada” – de mangue originário na adensada e urbanizada baía. Segundo argumentos recorrentes que surgiam nas reuniões de seu conselho gestor, as porções de mangue originário da APA Guapimirim não deveriam ser resguardadas por meio de uma categoria fraca, inapropriada, como uma APA, onde se permitem variadas formas de apropriação e uso dos recursos naturais, sobretudo, tratando-se do contexto geográfico em questão. A APA Guapimirim preserva um ecossistema frágil em uma das regiões de maior desenvolvimento industrial e urbano do Brasil.

Pode-se ainda conjecturar que a escolha dessa categoria de proteção não tenha sido propriamente desejada, mas provavelmente aquela com maior capacidade de se efetivar à época, dada a conjuntura sociopolítica do campo ambiental naquele momento histórico. A década de 1980 testemunhou um

⁹ A Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, define área de proteção ambiental como “área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. As APAs fazem parte das categorias de unidades de conservação de desenvolvimento sustentável, isto é, permitem a propriedade e o uso dos recursos naturais em seu interior, embora submetidas a regras restritas definidas em seu plano de manejo.

boom de criação de APAs, o que é normalmente reconhecido como resultado não de uma incorporação estatal do projeto conservacionista, mas sobretudo das facilidades para a criação dessa categoria no âmbito burocrático-legal (NOGUEIRA-NETO, 2001; EUCLYDES; MAGALHÃES, 2006). Isso porque, diferentemente dos parques nacionais, a criação de APAs prescinde do difícil, lento e oneroso trabalho de desapropriação e de suas demais resoluções fundiárias, ponto tradicionalmente nevrálgico da criação de áreas protegidas no Brasil.

Historicamente, a criação da APA Guapimirim foi interpretada negativamente pela população local, em virtude da mudança nos hábitos e costumes que seu estabelecimento passou a representar para pescadores e catadores que se utilizavam de seus recursos (MALLOSTO, 2008). Apesar de haver o reconhecimento por expressivo contingente de pescadores da importância das restrições promovidas pela APA (MALLOSTO, 2008; GIULIANI et al., 2005), permaneceram em sua interpretação inúmeras reclamações e desconfianças.

Essa relação conflituosa com as populações que se utilizam de seus recursos não é, contudo, característica particular dessa unidade de conservação. Em geral, são esses grupos sociais locais os mais afetados por proibições e sanções ambientais, cabendo-lhes uma grande parcela do ônus social da preservação ambiental. Isso acontece, primeiro, por serem mais visíveis e, segundo, – o que talvez seja mais importante – por portarem menos recursos organizacionais, materiais e simbólicos para oferecer resistências públicas eficazes às políticas públicas ou privadas que lhes ferem interesses¹⁰.

A relação entre a gestão da APA Guapimirim e o discurso ecologista do culto ao silvestre pôde ser observável também na obstinação de sua equipe de funcionários em criar uma área de preservação completamente restritiva no interior da APA. Assim foi criada, em 2006, a Estação Ecológica (Esec) da Guanabara, uma área de restrição integral no interior da APA Guapimirim.

¹⁰ Quanto à diferenciada capacidade organizacional dos grupos sociais em questionar publicamente problemas ambientais, em especial nas arenas do poder judiciário, ver o trabalho referência de Fuks (2001).

Embora tenha sido realizada sob a anuência de parte das comunidades que ali viviam (GIULIANI et al., 2005), a criação dessa Esec não veio inicialmente acompanhada de propostas de compensação das perdas sofridas pelo fechamento da área, de forma que pudessem ser atenuadas as dimensões inevitáveis de exclusão social.

Os elementos discursivos do culto ao silvestre podem ser determinados ainda pelas ações que excluem e fiscalizam o uso desse tipo de área. Para a pesca realizada na Baía de Guanabara, como em outros contextos (PRADO, 2000), o Ibama e o ICMBio vêm representando um poder, por um lado, típico de polícia, exercendo apreensões e aplicação de multas, fiscalizador e “perigoso”, e, por outro, pouco protetor de seus direitos, a quem pouco se pode recorrer¹¹.

A matriz discursiva do culto ao silvestre, dessa forma, esteve presente durante a maior parte dos trinta anos de existência dessa unidade de conservação, a APA Guapimirim. Evidentemente, outras matrizes discursivas podem ser observadas em seus processos de gestão atuais, sobretudo a partir do ano 2000 e da maior interpenetração de novos atores sociais mediante a participação em seu conselho. Esses novos atores, como as associações de moradores, colônias de pesca, universidades, entidades privadas, organizações não-governamentais etc., portadores que são de novas lógicas e interesses, inevitavelmente acabam por deslocar a matriz discursiva do culto ao silvestre para discursos afinados com outros valores e argumentos, entre os quais o ecologismo dos pobres, que trataremos a seguir.

¹¹ Como ilustração, oferecemos o relato de uma importante liderança da pesca na Baía de Guanabara, demonstrando esse caráter parcial da instituição estatal: “Hoje o que há é um descaso muito grande pelo Estado, tanto o Estado município quanto o Estado federal. Hoje quando a gente vai discutir com o pessoal da APA [Guapimirim] por exemplo, eles dizem que não têm poder fora da APA, aí quando vamos discutir com o estado, o estado diz que isso aí é problema da Serla [Superintendência Estadual de Rios e Lagoas]. Aí vai na Serla, é problema de não sei quem. Ninguém assume a responsabilidade, nem a APA Guapimirim assume, nem o Ibama assume, nem o Chico Mendes [ICMbio] assume, nem o Inea [Instituto Estadual de Meio Ambiente] assume. Agora quando é pra prender pescador, todos eles prendem. Pescador é predador, pescador que é poluidor, pescador que tá acabando com o estoque de tudo.” (Soares, 2012, p. 84)

2.2 Pescadores Da Baía De Guanabara E A Construção Do Ecologismo Dos Pobres Na Região

Todo ecologismo é uma forma de ação e manifestação políticas. Assim como adverte Luhmann (2006), todo movimento político tem como característica comum o fato de pressupor um outro lado, a partir do qual pode-se exigir e questionar. É isso o que caracterizaria o protesto que, segundo esse autor, representa basicamente uma comunicação, pressupondo, portanto, uma mensagem entre dois interlocutores.

Visto que a condição primeva para os protestos de cunho ecologista seja a realização dessa natureza comunicacional inscrita no próprio protesto, menos consensual é conceber que antigas ações coletivas poderiam ser denominadas retrospectivamente como ambientais, antes da emergência da noção de meio ambiente enquanto uma questão pública reconhecida (FUKS, 2001).

No caso da pesca na Baía de Guanabara, não encontramos conflitos ambientais ou, ao menos, ações coletivas públicas de defesa de suas áreas comunais de pesca, a despeito da natureza dos argumentos e discursos empregados. Até onde pesquisamos não há na historiografia nenhum registro de defesa local (sob o rótulo ambiental ou não) engendrada pelos pescadores da região da Baía de Guanabara até os anos 2000.

De fato, apesar de ocuparem um importante papel no desenvolvimento da pesca no Brasil, os pescadores da Baía de Guanabara demonstraram, ao longo do século XX, certa apatia política se comparados a outros grupos de pescadores pelo país (CARDOSO, 2001). Soares (2012) aventou como hipótese para sua passividade política o forte submetimento desse contingente de pescadores à Marinha do Brasil, que exercia grande controle sobre o setor pesqueiro, em particular junto à Baía de Guanabara, local onde se encontrou durante boa parte do século XX a sede nacional dessa instituição militar. De fato, é bastante sugestivo de uma aparente apatia política que a principal manifestação provinda do universo pesqueiro na região da Baía de Guanabara tenha sido realizada por pescadores cearenses que, no início da

década de 1940, realizaram um *raid* (peregrinação por mar) desde o litoral de Fortaleza como reivindicação ao governo Getúlio Vargas para a extensão das leis trabalhistas ao contingente de trabalhadores da pesca, até então alijados daqueles direitos (ABREU, 2007).

Mesmo depois das primeiras ações públicas de orientação ambiental na Baía de Guanabara, como a criação da APA Guapimirim, em 1984, e o projeto de despoluição da Baía de Guanabara, por ocasião da Rio 92, tampouco pôde-se verificar manifestações do contingente de pescadores que sobreviviam de seus recursos. Pelo contrário, se o “meio ambiente” da Baía de Guanabara passou a ser objeto de maior atenção social a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a disseminação dos processos de ambientalização da sociedade brasileira, o contingente de pescadores artesanais que sobrevivia de seus recursos foi sendo proporcionalmente invisibilizado socialmente ao longo do tempo. Expressiva parcela dos pescadores permanece na informalidade das relações de trabalho, as políticas públicas para o setor são deficitárias, insuficientes, precárias. Na cidade do Rio de Janeiro, a cidade mais populosa e importante das que circundam a baía, o universo da pesca da Baía de Guanabara, que ainda podia ser visualizada no mercado de peixes da Praça XV, fechou as portas para o mínimo contato entre o cidadão comum e o pescador em inícios da década de 1990. Ironicamente, a retirada do mercado de peixes da Praça XV ocorreu em virtude das obras de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) de 1992, a mais importante conferência internacional sobre meio ambiente, sugerindo que, com a entrada em cena das preocupações ambientais com a Baía de Guanabara, abandonavam-se de vez os pescadores artesanais, que se invisibilizavam por completo. À conclusão similar, chegou Sanchez (2000, p. 22), numa análise sobre os efeitos discriminatórios de políticas como o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara:

A este grupo de muito pobres, irrelevantes para o mercado internacional porque quando muito conseguem se reproduzir, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara não conseguiu atingir. Dele faz parte não apenas os

desempregados das indústrias e do poder público, como também os trabalhadores informais e os trabalhadores artesanais, entre os quais os pescadores, tradicionais elementos do mercado local e das atividades não predatórias, que hoje são as maiores vítimas da poluição da Baía de Guanabara.

Contudo, a partir dos anos 2000, pode-se dizer que embriões de um ecologismo dos pobres genuíno, segundo o termo de Martinez Alier (2007), começaram a surgir na Baía de Guanabara, e advogamos que esse processo ocorreu sob três processos históricos principais.

Em primeiro lugar, os primeiros registros de manifestações sociais ocorreram sobretudo após o derramamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara no ano de 2000. Dentre as manifestações públicas ocorridas nas comunidades pesqueiras atingidas pelo famoso vazamento de óleo na baía, destacaram-se: a reunião em frente ao prédio da empresa responsável pelo derramamento no centro do Rio de Janeiro; uma passeata de barco (barqueata) saindo do mercado de peixes São Pedro, em Niterói, e percorrendo a baía; o fechamento da rodovia que liga o Rio de Janeiro à Magé (BR 493) por aproximadamente 600 pescadores, durante parte da manhã e da tarde, causando transtornos à população.

Embora esse evento tenha tido forte apelo midiático, as ações dos pescadores ainda se resumiram a essas poucas manifestações públicas. Maciçamente, suas ações foram travadas no âmbito da arena judicial, em processos que correm até os dias atuais. De qualquer forma, como foi demonstrado por Soares (2012), manifestações de nível político mais ou menos consistentes em defesa do ambiente natural passaram a ocorrer apenas após o derramamento de óleo de 2000, evento que expôs de forma marcante a Baía de Guanabara enquanto um problema ambiental com sérios riscos existentes em seu entorno. Mas, principalmente para os propósitos desta análise, foi esse acidente também que expôs a situação dos pescadores da Baía de Guanabara, que lhes conferiu evidência pública, enquanto vítimas, pela primeira vez, de um desastre ambiental¹² (LIMA 2004). O acidente

¹² Essa informação não é completamente verdadeira. Embora tenha sido um dos mais trágicos no Brasil, não foi o primeiro vazamento acidental nem mesmo na Baía de Guanabara. Em

definia ao mesmo tempo as maiores vítimas e os maiores responsáveis pela degradação da baía (SOARES, 2012).

Um segundo processo importante na construção do que se denomina o ecologismo dos pobres na Baía de Guanabara deve ser relacionado à crescente participação social desse contingente de pescadores em fóruns e conselhos instituídos a partir dos anos 2000, como os Comitês da Bacia da Baía de Guanabara e o conselho Gestor da APA Guapimirim. No espaço deste último, emergiu um debate profícuo acerca das demandas e questões inerentes à pesca, associadas à gestão ambiental da área protegida, aproximando gestores ambientais, institutos de pesquisa e lideranças da pesca a partir da participação em um mesmo fórum deliberativo.

E ainda um terceiro processo, que se pode referenciar como talvez o mais importante para a consolidação de lutas sustentadas de parte dos pescadores da baía, nos moldes de uma luta ecologista. Esse processo foi demarcado por ações de protesto e resistência iniciadas no ano de 2007 em relação à Suzano Petroquímica e, posteriormente, em 2009, com a organização de um movimento paredista dos pescadores, que ergueram barricadas impedindo o avanço das obras de dutos submarinos construídos pela Petrobras junto à praia de Mauá (SOARES, 2012)¹³.

março de 1975, apenas três meses depois de a agência Feema ter sido criada, o navio Tarik Ibn Ziyad encalhou durante a maré baixa no interior da Baía de Guanabara (SEDREZ, 2004; LIMA, 2004). O petroleiro carregava cerca de 104 mil toneladas de petróleo (31.408 litros) e cerca de seis mil toneladas de óleo (1.802 galões) que vazaram. Incêndios eclodiram nos dias subsequentes ao derramamento, manguezais e praias na costa oeste da Baía de Guanabara foram completamente atingidos pelo petróleo. A quantidade de óleo derramado alarmou a população, e a Feema colocou todo o seu esforço em desenvolvimento de soluções e criação de procedimentos para possíveis futuros derramamentos (SEDREZ, 2004).

¹³ O movimento foi liderado pela Associação Homens do Mar (Ahomar) que, em abril de 2009, mobilizou cerca de cem pescadores em quarenta embarcações paralisando as obras de construção do duto de gás GLP da Petrobras. A notável paralização durou trinta e oito dias. Dois dias após o fim da repressão policial às manifestações, exatamente no dia em que as obras foram embargadas pela Prefeitura de Magé, um pescador, tesoureiro da Ahomar, uma das principais lideranças das manifestações, foi brutalmente assassinado (ZAHAR, 2009; SOARES, 2012). Nos anos seguintes, dois outros pescadores membros da Ahomar foram também assassinados e seu principal diretor, Alexandre Anderson, sofreu inúmeros atentados, levantando, para alguns, a hipótese da associação entre esses eventos violentos e o movimento de resistência continuado pela Ahomar (ALENCAR, 2012).

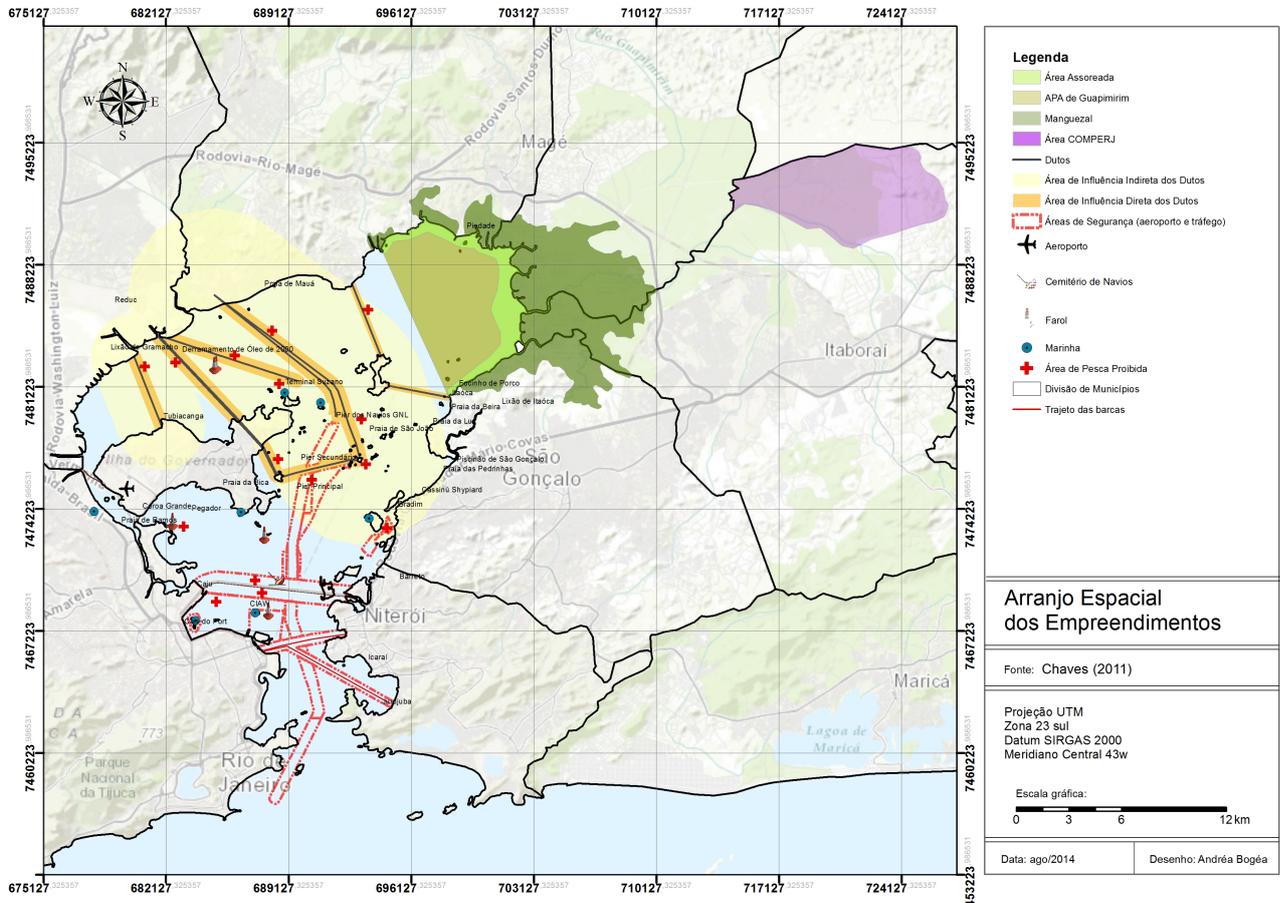
2.3 O Complexo Petroquímico Do Rio De Janeiro E O Evangelho Da Ecoeficiência Na Baía De Guanabara

O Comperj consiste no maior projeto individual da história da Petrobras, resultado de um investimento estimado em 15 bilhões de reais, cujo objetivo é refinar 150 mil barris diários de petróleo pesado proveniente da Bacia de Campos (SOARES, 2012). Trata-se de um projeto para a construção de um complexo industrial de refino de petróleo, e produção de petroquímicos básicos e resinas plásticas no município de Itaboraí/RJ, com instalações adicionais em outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O megaempreendimento, atualmente em fase de construção, integra um complexo de outros empreendimentos instalados em ilhas da baía, com dutos interligando-os. Não só o espelho d'água da Guanabara será entrecortado por estruturas intercomunicáveis, como também seus arredores em terra¹⁴.

O Comperj foi interpretado pelos *experts* e planejadores urbanos como uma alavanca do desenvolvimento econômico da região. Com ele, outros grandes empreendimentos infraestruturais estão previstos para a chamada região metropolitana do Rio de Janeiro. Em Itaboraí, o Comperj utilizará e, portanto, viabilizará a construção do Arco Metropolitano, que ligará Itaboraí ao Porto de Itaguaí. Ao longo do Arco Metropolitano é prevista a instalação de fábricas consumidoras das matérias-primas produzidas pelas indústrias de base situadas nas extremidades do Arco: aço, em Itaguaí, e plásticos, em Itaboraí. Segundo projeções da Fundação Getúlio Vargas, empresa contratada para realizar parte dos estudos de impacto ambiental, prevê-se, até 2015, a instalação de pelo menos 720 empresas nas proximidades do Comperj e ao longo do Arco.

¹⁴ Os principais empreendimentos para a área de abrangência da Baía de Guanabara são divididos em três grandes grupos: 1) Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangas), que inclui a ampliação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), implantação de dutos e instalações de apoio nos Terminais da Ilha Comprida (Taic) e da Ilha Redonda (Tair); 2) a construção de um Terminal de Gás Natural (GNL) na Baía de Guanabara; e 3) a instalação do Comperj no município de Itaboraí.

Mapa 1 – Arranjo espacial dos empreendimentos na Baía da Guanabara.



Fonte: Chaves (2011)

A instalação do Complexo em Itaboraí foi um evento festejado na mídia, nos círculos governamentais e também nas audiências públicas. Um consenso foi construído e incorporado pelos atores sociais locais, resultado direto de uma forte campanha e das promessas movimentadas pelo governo estadual e pelos municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) – composto pelos municípios afetados pelo empreendimento –, gerando grandes expectativas sociais. O Comperj e seus empreendimentos foram entendidos como a redenção socioeconômica para a região da Baixada, comumente alijada dos processos de desenvolvimento e

modernização da região metropolitana do Rio de Janeiro. Estudos da Fundação Getúlio Vargas anunciavam por volta de 200 mil empregos diretos e indiretos criados graças ao empreendimento. Previam ainda cerca de 720 novas empresas a serem instaladas até 2015 para a região. Escolas técnicas de capacitação (os Centros de Integração) começaram a ser construídas com o objetivo de incluir a população local como mão de obra.

Uma análise pormenorizada das quatro audiências públicas do empreendimento demonstra a forte aprovação dos atores sociais locais; manifestações pela inclusão de suas respectivas localidades nos projetos de “desenvolvimento” eram a tônica de suas intervenções (SOARES, 2012). A participação de pescadores nessas audiências era relativamente pequena, mas não se diferenciava dessa posição inclusiva, apesar de esses atores apresentarem as declarações mais reativas quanto aos efeitos do empreendimento sobre a pesca. Do ponto de vista político, entretanto, parecia desenvolver-se quase um consenso acerca da aprovação do projeto.

Por seu turno, os argumentos da empresa, bem como as réplicas da população, não podiam ser enquadrados no âmbito do clássico debate entre preservação e desenvolvimento. Pelo contrário, por tratar-se a Baía de Guanabara de uma área reconhecidamente degradada, talvez um dos corpos hídricos mais poluídos do país, os argumentos giravam em torno das possibilidades de transformação ambiental e social positivas, de uma espécie de contrato social local a ser firmado mediante a construção de um “Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Baía de Guanabara”¹⁵, capitaneado pela empresa.

A empresa, desenvolvendo esse discurso, se aproximava do que Martinez Alier (2007) denominou *o evangelho da ecoeficiência*. O empreendimento, ao menos discursivamente, serviria, assim, não mais como uma ameaça de degradação ambiental, mas como um catalisador da sustentabilidade para a Baía de Guanabara que, desde o fracasso do programa de despoluição, vem sendo representada coletivamente como uma espécie de “caso perdido” para a poluição desenvolvimentista.

¹⁵ Projeto designado pelos representantes da empresa e expostos em diversas reuniões entre eles e os pescadores (SOARES, 2012).

Não apenas quanto às questões ambientais e naturais da baía, mas quanto à viabilidade econômica do setor pesqueiro, os discursos da empresa giravam em torno do desenvolvimento racional de seus processos, como as promessas de criação de um pregão eletrônico de peixes, de construção de áreas de aquicultura, de novos píeres e de cursos profissionalizantes para os pescadores mais novos (SOARES, 2012). O empreendimento parecia desde o início apresentar-se sob o discurso daquilo que viemos denominando “evangelho da ecoeficiência”. Discursivamente, isso representava uma operação de inversão argumentativa, como se o projeto não se tratasse de mais um vetor de degradação, mas de um polo de desenvolvimento social e ambiental, mobilizador de forças sociais antes dispersas, que produziriam ganhos concretos em eficácia para a gestão ambiental tradicionalmente desconcertada da região¹⁶. Assim, o empreendedor unia o forte apelo público das possibilidades positivas de transformação territorial possibilitado pela empresa com as condições degradadas preexistentes da Baía de Guanabara. Utilizava-se da posição privilegiada dos atores hegemônicos, advertida por Acserald (2001), no interior das lutas para a definição do que é mais legítimo e sustentável do ponto de vista ambiental.

Se o Estado e o empresariado – forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista – incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade. (ACSELRAD, 2001, p. 30)

O aparente consenso gerado em torno do empreendimento e de suas capacidades salvadoras enublava as poucas vozes dissonantes ao projeto, que surgiram desde os anúncios extraoficiais de sua alocação em Itaboraí, e que tinham como *locus* principal o conselho gestor da APA Guapimirim. O evangelho da ecoeficiência aparentemente se apresentava como a redenção para uma região abençoada por Deus, bonita por natureza, mas historicamente degradada pelos homens.

¹⁶ Sobre a história da gestão ambiental da Baía de Guanabara e de seus rumos desconcertados, ver Sedrez (2004).

3 O PROCESSO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO COMPERJ E O SURGIMENTO DAS ALIANÇAS ECOLOGISTAS

O Comperj foi anunciado pela imprensa como uma conquista do governo do estado. Iniciaram-se discussões sobre sua alocação, sendo Campos e Itaguaí as duas cidades cotadas. Quando se deu o anúncio definitivo do governo federal, surpreendentemente nenhuma das postulantes anteriores foi contemplada, e, sim, o município de Itaboraí. O efeito dessa alocação inusitada foi a configuração de uma situação limite e emergencial que dificultaria quaisquer ações de resistência. A rapidez entre o anúncio e o processo de licenciamento diminuiu o tempo de um debate público apropriado. Para os atores que formavam o campo ambiental da região (ambientalistas, pescadores, ONGs, conselho gestor das unidades de conservação, representantes de universidades com pesquisa na área, entre outros), a surpresa da localização gerou um estado de desorientação, um sentimento coletivo de desnorteamento em face da premência em estabelecer estratégias de resistência em um curto espaço de tempo.

Nesse contexto, uma rede de resistência foi ainda construída principalmente em torno das Unidades de Conservação, em especial a APA Guapimirim e a Esec Guanabara, e dos representantes de seu conselho gestor, notadamente, universidades, ONGs ambientalistas, grupos de pescadores. Essa rede representava uma voz dissonante na região e a aproximação entre dois tipos de atores e discursos ecologistas que denominamos, no curso deste trabalho, ecologismo dos pobres e culto à vida silvestre (MARTINEZ ALIER, 2007).

Antes de avançarmos, todavia, observemos as transformações que passaram a operar no campo ambiental da baía. Em um primeiro momento, demonstramos o culto à vida silvestre manifestado nas ações da APA Guapimirim, com sua ordem de valoração e argumentos ambientais que subsistiam em frequentes desacordos com o ecologismo dos pobres, ou melhor, com as demandas de participação dos trabalhadores da pesca naquela área de manguezais protegida. Em um segundo momento, esses dois

tipos de atores sociais passaram a se comunicar em um nível ainda inicial em função da participação conjunta no conselho gestor da APA. Só a partir do processo de licenciamento ambiental do Comperj, iniciado em 2006, e das ameaças comuns que o empreendimento passou a representar aos dois grupos de atores sociais, suas matrizes discursivas passaram a ser unificadas, em contraposição direta ao discurso do evangelho da ecoeficiência, representado pelos projetos do empreendimento.

O posicionamento dos representantes das UCs era, dessa forma, de clara contrariedade em relação ao empreendimento. O Conselho da APA Guapimirim, do qual variados grupos de pesca participavam, elaborou uma carta de repúdio ao Comperj, denunciando o crime ambiental que se estabeleceria próximo aos últimos redutos de manguezais da Baía de Guanabara. Enquanto isso, desde os primeiros boatos acerca da localização, os membros da câmara técnica científica desse conselho preparavam relatórios periciais que se contrapusessem aos argumentos a favor do licenciamento (GOMES, 2007; GIULIANI, 2007).

Quanto aos pescadores, verificaram-se posições logo divididas. Os representantes das colônias de pesca z8 e z9, cadeiras cativas desde a formação do Conselho Gestor da APA, demonstravam afinidades públicas com as deliberações do conselho gestor, mas a postura de suas entidades já havia sido a de contato e negociação com a Petrobras. Pescadores, mesmo os que publicamente se declaravam contrários à alocação dos empreendimentos, não nos pareciam ser necessariamente associados às noções do que se imagina ser o ecologismo dos pobres.

Nas composições do Conselho Gestor, todavia, já começaram a aparecer de forma diferenciada os posicionamentos da associação que mais tarde capitaneou as manifestações e barricadas contra a construção dos dutos saindo da praia de Mauá. Todos esses atores, que compunham essa espécie de rede de resistência, se encontravam no Conselho Gestor, sob os auspícios do Ibama, órgão responsável até aquela época pela gestão da área protegida.

Mediante a aproximação dos gestores da APA com os pescadores, o Ministério Público Federal (MPF) impetrou, em 10 de setembro de 2008, na Vara Federal de Itaboraí, uma ação civil pública contra o Ibama, a Feema e a Petrobras S.A. É digno de nota que, nos bastidores da construção dessa ação civil pública, houve encontros entre o procurador público, o administrador da APA Guapimirim e os representantes daquela associação de pescadores de Magé. A resistência do Ministério Público contra o licenciamento, que denunciava acontecer "sob toque de caixa", ressoava em uníssono junto aos posicionamentos das administrações das unidades de conservação existentes no raio de influência do empreendimento, e encontrava respaldo em algumas associações de pescadores, sobretudo aquelas que compunham o Conselho Gestor da APA Guapimirim e do Mosaico Central Fluminense.

A ação civil pública do MPF de fato representava os anseios de uma rede de resistência que emergira contra o empreendimento. Essa rede, todavia, era pequena e vinculada, sobretudo, a dois tipos de atores especiais: o primeiro formado por alguns grupos de pescadores e ambientalistas, vinculados ao conselho gestor da APA Guapimirim; e, o segundo, pelos procuradores do Ministério Público. O ecologismo dos pobres e o culto ao silvestre se encontravam mais uma vez.

De um processo de resistência capitaneado por atores enfraquecidos frente à pujança inexorável do empreendimento e de suas posições relativas no campo político, pela rapidez do processo de licenciamento e sua pouca veiculação nas pautas midiáticas, pelo posicionamento favorável ao empreendimento dos municípios da área de influência¹⁷ e, ainda, pelo apoio de grande parte da população local, de baixa renda e com altos índices de subemprego e desemprego, o licenciamento ambiental para a localidade da Baía de Guanabara parecia ser uma espécie de "jogo de cartas marcadas".

Diante da inevitabilidade do empreendimento, bem como da situação precária em que se encontravam, outras lideranças de pescadores partiram inicialmente para o diálogo e negociação com a empresa. Entretanto, após todas as dificuldades desse processo, esses conjuntos de pescadores

¹⁷ Atraídos pela perspectiva de recursos de *royalties*, esses municípios se associaram em um consórcio (Conleste) fomentado pela Petrobras para garantir apoio político ao projeto.

passaram também a engrossar o coro daqueles que faziam oposição declarada. O culto ao silvestre e o ecologismo dos pobres enfim se fortaleciam e aproximaram-se de forma ainda mais resoluta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Max Weber classificava os tipos ideais como modelos puros, isto é, construções epistemológicas que não são encontradas na realidade, mas representam formulações abstratas realizadas no pensamento do pesquisador, que sobressalta alguns traços existentes nas entidades sociais. Esse recurso metodológico mostra-se produtivo para a pesquisa na medida em que funciona como ponto de referência para medir diferenças entre existências reais de pessoas, grupos, atitudes e valores em relação à construção típico-ideal elaborada. Vê-se assim a importância da comparação da realidade social – que é pura continuidade infinitesimal – pelas distâncias empíricas em relação aos tipos ideais.

As categorias de ecologismos de Martinez Alier podem ser observadas como tipos ideais ao fornecerem uma classificação para a qual a realidade deverá ser sempre cotejada. Foi nesse sentido que o caso descrito neste artigo demonstrou as possibilidades de confluência e colaboração entre aquilo que designamos, seguindo Martínez Alier (2007), como o ecologismo dos pobres e o ecologismo do culto ao silvestre. Radicalizado pela chegada de um terceiro ator e pelas incertezas geradas pela reestruturação territorial, esse movimento de confluência já havia sido iniciado na instituição do Conselho Gestor da APA Guapimirim.

Enquanto isso, os quadros discursivos produzidos por Petrobras e Comperj, por seu turno, podiam perfeitamente apresentar-se no interior de um discurso típico do evangelho da ecoeficiência, uma vez que, diante da

degradação visível da Baía de Guanabara e da precária condição de seus pescadores, tornava-se plenamente possível essa inversão discursiva.

Dessa forma, os tipos ideais de ecologismos desenvolvidos por Martinez Alier correspondem com bastante coincidência a determinados atores, discursos públicos e interesses a eles associados. Todavia, como tipo-ideais, devem ser compreendidos como aproximações realizadas no campo das ideias, sempre exageradas, purificadas, necessariamente não condizentes com a realidade empírica em questão, mas instrumentos de referência e comparação sociológicas. Na prática, são discursos amalgamados, coexistindo e contrapondo-se na mesma realidade social, apresentando como elemento comum a produção de discursos socialmente legítimos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, B. **O Raid da jangada de São Pedro**: pescadores, Estado Novo e luta por direitos. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: _____. (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: _____.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.

ALENCAR, E. DH investiga mortes de dois pescadores na Baía de Guanabara. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/dh-investiga-mortes-de-dois-pescadores-na-baia-de-guanabara-5326463#ixzz2VRqVZWrb>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p.1.

- CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais, natureza, território e movimento social**. 2001. 212 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CASTELLS, M. O poder da identidade. In: _____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 2. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAVES, C.R. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DIEGUES, A.C. **Nossa casa virou parque**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DOBSON, A. **Pensamiento Político Verde: una nueva ideología para siglo XXI**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- EUCLYDES, A.C.; MAGALHÃES, S.R. Considerações sobre a categoria de manejo “Área de Proteção Ambiental (APA)” e o ICMS Ecológico em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA: ECONOMIA, HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 12., 29 ago./1. set. 2006, Diamantina, MG. **Anais...** Diamantina, MG: [s.n.], 2006. Não paginado.
- FERREIRA, L.C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade: revista de sociologia política**, Florianópolis: UFSC, v. 4, n. 7, 2005.
- FOLCHI, M. Conflictos de contenido ambiental y ecologismo de los pobres: no siempre pobres, ni siempre ecologistas. **Ecología Política**, Barcelona, n. 22, p. 79-100, 2001.
- FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- GIULIANI, G.M. As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e do Comperj. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.]: UFPR, n. 16, p. 21-37, jul./dez. 2007.
- _____. et. al. **Diagnóstico socioeconômico da população residente na localidade de Itambí, município de Itaboraí-RJ**: relatório técnico. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2005. 53 p.
- GOMES, M.L.S. Responsabilidade socioambiental: a difícil transposição do “abismo” que separa a retórica da prática. Considerações sobre a proposta de localização do Comperj. In: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MOSAICO DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE, 2., 2007, Teresópolis. **Atas...** Teresópolis: MMACF, 2007.

- LANGENBACH, T; AMADOR, E.; COELHO, B. Conquista da comunidade científica. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, ed. 254, p. 62-63, 2012.
- LEIS, H.; VIOLA, E. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: LEIS, H. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia; Blumenau: Furb, 1996.
- LEITE LOPES, J. S. (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- LIMA, A. **Vazamento de óleo na Baía de Guanabara 2000: a Petrobras e o meio ambiente**. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- LUHMANN, N. **Sociología del riesgo**. México, D.F.: Universidad Iberoamericana, 2006.
- MALLOSTO, C. M. **Interpretações em áreas naturais: propostas de novos usos para a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim**. 2008. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- NOGUEIRA-NETO, P. Evolução histórica das ARIES e APAS. In: BENJAMIN, A.H. (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 363-371.
- PRADO, R.M. Depois que entrou o 'Imbamba': concepções de preservação ambiental entre a população da Ilha Grande [Fórum de Pesquisa "Conflitos Sócio-Ambientais e Unidades de Conservação"]. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Brasília, 2000. Mimeografado.
- SANCHEZ, M. Elites globais e cidadãos locais: quem ganha com a despoluição da Baía de Guanabara. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS, 2000, Miami. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2000/MSanchesport.PDF>>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- SEDREZ, L.F. **The bay of all beauties: state and environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975**. 2004. 318 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Department of History, Stanford University, Stanford, 2004.
- SOARES, D. G. **Conflito, ação coletiva e luta por direitos na Baía de Guanabara**. 2012. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Discursos ecologistas e um processo de licenciamento ambiental na região da Baía de Guanabara, pp. 200-228.

ZAHAR, A. Pescador contrário a gasoduto no RJ é morto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mai. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2505200907.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2014.